

KUPFER, D. O Vôo do Dragão. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 04/05/2011.

---

## O Vôo do Dragão

04/05/2011

O 12º. plano quinquenal, recém-aprovado pela Assembleia Popular Nacional da China, que deverá guiar o país no período 2011-2015, e cujas linhas mestras já são de conhecimento público desde o ano passado, é ambicioso e complexo: visa nada mais nada menos do que promover uma guinada no padrão de crescimento da China. São três as palavras-chave enfatizadas: equilíbrio econômico, inclusão social e desenvolvimento verde (e pacífico). As duas últimas, que envolvem respectivamente temas como mais proteção social, saúde e segurança para os cidadãos chineses e mais sustentabilidade ambiental e menos carbono para o país e para o planeta são, sem dúvida, as grandes – e auspiciosas, se efetivas - novidades do Plano. Porém, à parte dessas palavras de ordem, até então pouco ou nada presentes na retórica das autoridades chinesas, será do objetivo de equilíbrio que certamente virão os impactos mais imediatos sobre a economia mundial.

A meta declarada pelo Plano é promover uma redução no ritmo do crescimento quantitativo (para “somente” 7% do PIB ao ano), para proporcionar mais crescimento qualitativo, reduzindo a dependência da economia às exportações e ao influxo de investimento direto externo e virando o pólo dinâmico para o gigantesco e ainda pouco explorado mercado interno chinês. Como não poderia deixar de ser, a transformação chave para viabilizar esse novo padrão é posta em um peso crescente no desenvolvimento científico e tecnológico e na inovação (ampliação do gasto em P&D de 1,5% para 2,5% do PIB) e na menor ênfase no baixo custo como fator determinante da competitividade chinesa (15% do PIB originário de novos setores de alta tecnologia).

Para o Brasil, as implicações de uma guinada chinesa dessa envergadura, caso venha efetivamente a ocorrer, são preocupantes. Não se pode perder de vista que quando Brasil e China se enfrentam no mercado internacional o confronto se dá em três níveis distintos. O primeiro nível é o do confronto industrial propriamente dito. Nesse nível, a vantagem é claramente da China, que conta com tecnologia, organização e, principalmente, escalas produtivas muito mais capazes de induzir eficiência e produtividade vis-à-vis o sistema produtivo brasileiro. O segundo nível é o do confronto entre economias. Nesse nível, entra em questão a competitividade sistêmica, que reflete a influência positiva ou negativa dos regimes macroeconômicos, financeiros, tributários, etc.. Atualmente, é nesse nível que a China literalmente esmaga seus concorrentes, brasileiros ou não, e é exatamente na sua manutenção que o Plano Quinquenal está mirando. Por fim, resta ainda o terceiro nível, o confronto entre sistemas políticos. Aqui também é desigual o grau de planejamento e coordenação de decisões atingido pelo sistema chinês, que não pode ser sequer arranhado pela sociedade brasileira, que perdeu as suas instituições voltadas para pensar o longo prazo e ainda se vê às voltas sobre

como reconstruí-las.

Desde 2010 a China já é o principal parceiro comercial brasileiro e tende rapidamente a se tornar uma das principais origens dos investimentos estrangeiros no Brasil. Como os números amplamente conhecidos demonstram, esses exuberantes fluxos de mercadorias e capitais escondem uma radical assimetria: do Brasil para China, cada vez mais matérias primas; da China para o Brasil, cada vez mais produtos manufaturados. Um exercício quantitativo muito simples, mesmo que desprovido de qualquer validade preditiva, ajuda a pintar o problema com as tintas corretas. Basta imaginar que a corrente de comércio bilateral entre Brasil e China, que evoluiu nos últimos dez anos de US\$ 1,9 bilhões para US\$ 30,7 bilhões no sentido Brasil-China e de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 25,6 bilhões no sentido inverso, mantivesse exatamente a mesma taxa de expansão pelos próximos dez anos. Pois bem, em 2020 essas exportações chegariam a fantásticos US\$ 1,1 trilhão e US\$ 722 bilhões, respectivamente. Nove fora os números absolutos, o que interessa é que a China seria o destino de 68% das exportações brasileiras enquanto o Brasil representaria minguados 5,3% do mercado externo chinês.

É essa assimetria que torna crucial construir saídas para evitar a consolidação de uma relação de dependência em todos os aspectos indesejável. As possibilidades de ação do governo brasileiro visando romper o imobilismo que a equação macroeconômica vem impondo não são muitas nem muito diferentes das que vem sendo praticadas no período recente. O que surge de novo é um espaço para o Brasil atuar mais decididamente no front das relações internacionais visando abrir novos mercados para os produtos brasileiros. A viagem da Presidente Dilma à China deve ser vista nesse contexto. Porém, o resultado positivo alcançado não deve ofuscar a dimensão e a complexidade do caminho que ainda precisa ser percorrido pelo Brasil para se posicionar adequadamente no novo mundo bipolar que EUA e China estão desenhando. Se hoje a vantagem chinesa já é avassaladora, não será com ações pontuais, mesmo que favoráveis ao país, como os acordos em torno de Embraer, Foxconn e congêneres, que se conseguirá neutralizar as extensas assimetrias que estão se acumulando e que irão se aprofundar quando o dragão chinês alçar voo.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – [www.ie.ufrj.br/gic](http://www.ie.ufrj.br/gic) - [gic@ie.ufrj.br](mailto:gic@ie.ufrj.br))